



INSTITUTO DE FOMENTO, COLABORAÇÃO E APOIO À GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal da Fazenda

Prefeitura Municipal Retirolândia – BA

Ref.: Requerimento – Questionamento de retenção de ISS sobre Termo de Fomento nº 001/2025

O INSTITUTO DE FOMENTO, COLABORAÇÃO E APOIO À GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA – **STRATEGIC**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 14.672.633/0001-50, com inscrição municipal sob o nº 00.826.136/001-37, com sede à Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 2573, Edif. Royal Trade, sala 1206, Brotas, Salvador, BA, CEP: 40.280-902, neste ato representado por seu dirigente legal, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na **Lei Federal nº 13.019/2014** (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC) e demais normas aplicáveis, **expor e requerer o que segue:**

1. DO OBJETO DA PARCERIA

O **Termo de Fomento nº 001/2025**, celebrado entre este Município e o Instituto Strategic, tem por objeto a **execução de ações finalísticas de saúde pública em caráter emergencial**, abrangendo:

- Atenção básica;
- Urgência e emergência;
- Visitas domiciliares;
- Vigilância epidemiológica;
- Educação em saúde.

A contratação ocorreu **com dispensa de chamamento público** (art. 30, VI, Lei nº 13.019/14), em razão do credenciamento exclusivo da OSC e da urgência dos serviços, visando **garantir a continuidade e ampliação de serviços essenciais de saúde** à população.

O investimento total pactuado é de **R\$ 2.838.438,96** para execução em 90 dias, com desembolso mensal de **R\$ 946.146,32**, focando exclusivamente em ações de natureza pública e gratuita



AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES,
EDIF. ROYAL TRADE, Nº 2573,
BAIRRO BROTAS, SALA 1206
CEP 40.280.902 – SALVADOR, BAHIA.



71-3901-3738



institutostrategic.doc@gmail.com



www.strategic.org.br

2. DOS FATOS

De início, o Requerente é uma instituição sem fins lucrativos, que exerce atividades voltadas ao estabelecimento de parceria voltada ao gerenciamento e execução de ações em cumprimento às políticas públicas, estando devidamente registrada como Organização da Sociedade Civil (OSC) .

Nesse sentido, foi emitida 1 (uma) nota fiscal no repasse correspondente, em que houve **retenção de ISS, conforme exposto a seguir:**

- **Nota 207 (anexo)** (16/07/2025: R\$ 429.342,00 (quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta e dois reais)
- ISS retido no repasse R\$ 21.467,10 (vinte e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e dez centavos).

3. DA NATUREZA JURÍDICA DA PARCERIA

A parceria em questão **não possui natureza contratual típica de prestação de serviços onerosos**, mas sim **natureza convenial**, caracterizada por:

- **Mútua colaboração** entre as partes;
- Ausência de finalidade lucrativa;
- Objeto voltado ao interesse público;
- Execução mediante repasse de recursos previamente definidos no plano de trabalho;
- Regulação pela Lei nº 13.019/14 e não pela Lei nº 8.666/93.

O **art. 2º, inciso VIII**, da Lei nº 13.019/14, define “parceria” como instrumento jurídico que envolve **cooperação** entre a administração pública e a organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sem contraprestação remuneratória típica de contratos administrativos.

4. DA INAPLICABILIDADE DO ISS



AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES,
EDIF. ROYAL TRADE, Nº 2573,
BAIRRO BROTAS, SALA 1206
CEP 40.280.902 – SALVADOR, BAHIA.



71-3901-3738



institutostrategic.doc@gmail.com



www.strategic.org.br



INSTITUTO DE FOMENTO, COLABORAÇÃO E APOIO À GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA

O ISS, conforme a **Lei Complementar nº 116/2003** (art. 1º), incide sobre **prestação onerosa de serviços constantes de sua lista anexa**. No caso de fomento público (como convênios ou termos de fomento), não há:

- **Contraprestação mercantil** (não há pagamento por serviço prestado);
- **Precificação individualizada** do objeto (não é possível isolar preços unitários);
- **Livre concorrência** ou disputa de mercado.

O que existe é a execução de **metas pactuadas** em prol de políticas públicas, o que se afasta do conceito tributável de prestação de serviço.

Jurisprudência: STJ – REsp 1.135.663/SP

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu, no **REsp 1.135.663/SP**, que entidades sem fins lucrativos, quando atuam em parceria com o Poder Público em ações de interesse público, **não se configuram como prestadoras de serviços tributáveis pelo ISS**. A relação é de cunho público e não caracteriza negócio tributável.

Pareceres administrativos e tribunal de contas

Nesse sentido, o entendimento do **TCM/BA** é frequente nos tribunais de contas do país: **parcerias regidas pela Lei nº 13.019/2014 têm natureza convenial e não configuram fato gerador de ISS**. De forma prática, isso significa que a relação jurídica é voltada à execução de políticas públicas e não a uma operação empresarial ou comercial, afastando o imposto.

5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. **A revisão da retenção de ISS efetuada** sobre a NF nº 207, no valor de R\$ 21.467,10, com a **devolução dos valores descontados** indevidamente;

Salvador, BA, 08 de agosto de 2025.

Emerson Lopes de Oliveira

Diretor Superintendente Geral – Instituto Strategic



AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES,
EDIF. ROYAL TRADE, Nº 2573,
BAIRRO BROTAS, SALA 1206
CEP 40.280.902 – SALVADOR, BAHIA.



71-3901-3738



institutostrategic.doc@gmail.com



www.strategic.org.br